

Cavan Rocbra
Indústria e
Comércio de
Pré Moldados e
Concreto S/A

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de
2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Diretores e aos Acionistas da
Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S.A.
Bacabeira - MA

Examinamos as demonstrações contábeis da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A ("Companhia") em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressaltar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, que menciona concentração de sua receita em um único cliente. Essa transação foi efetuada mediante acordo entre as partes formalizado em um contrato que se extinguirá em 31 de dezembro de 2021.


Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 07 de abril de 2015, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 16 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ações)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita Líquida	15	73.395	77.920
Custo das vendas e serviços	16	<u>(37.644)</u>	<u>(42.661)</u>
Lucro bruto		<u>35.751</u>	<u>35.259</u>
Despesas Administrativas e gerais	17	(7.853)	(5.982)
Depreciação		(208)	(80)
Outras receitas operacionais	18	494	523
Outras despesas operacionais	18	(51)	(1)
Resultado antes das receitas/despesas financeiras líquidas e impostos		<u>28.133</u>	<u>29.719</u>
Receitas financeiras líquidas	19	5.429	3.428
Despesas financeiras líquidas	19	<u>(4.768)</u>	<u>(1.681)</u>
Resultado antes dos impostos		28.794	31.466
Reversão Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	57
Provisão Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	(7.273)	(7.789)
Redução de IRPJ - de incentivo fiscal	20	<u>3.739</u>	<u>3.524</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>25.260</u></u>	<u><u>27.258</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	25.260	27.258
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>25.260</u>	<u>27.258</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Reserva de lucros		Lucro prejuízos (acumulados)	Total
	Capital social	Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Retenção de Lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2014	10	10.998	2	14.438	-	25.448
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.258	27.258
Destinação do lucro:						
Reserva de capital	-	12.884	-	-	(12.884)	-
Transferência para Incentivo fiscal	-	833	-	(833)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(719)	(719)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(1.108)	(1.108)
Dividendos Complementares	-	-	-	(9.240)	-	(9.240)
Retenção de lucros	-	-	-	12.547	(12.547)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10	24.715	2	16.912	-	41.639
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.260	25.260
Destinação do lucro:						
Retificação de exercícios anteriores	-	-	-	208	-	208
Transferência para reserva de capital	-	11.827	-	(208)	(11.619)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.263	-	(1.263)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(619)	(619)
Capitalização de Reservas	7.372	(7.372)	-	-	-	-
Dividendos Complementares	-	-	-	(13.174)	-	(13.174)
Retenção de lucros	-	-	-	11.759	(11.759)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	7.382	29.170	1.265	15.497	-	53.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014

(Em Milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	25.260	27.258
Despesas (Receitas) que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	2.590	2.279
Encargos de dívidas (inclui variações monetárias e cambiais líquidas)	4.126	-
Juros sobre mútuo	(3.182)	(2.238)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	3.534	4.265
Imposto Diferido	-	(57)
	32.328	31.507
(Aumento) Diminuição de Ativos		
Contas a receber de clientes	(445)	963
Estoques	(559)	396
Tributos e compensar	(846)	(123)
Outras contas a receber e depósito judicial	596	75
	(1.254)	1.311
Aumento (Diminuição) de Passivos		
Fornecedores	780	351
Salários, férias e encargos sociais	111	191
Contribuições e impostos a recolher	(5.806)	(2.050)
Adiantamentos de clientes	(5.455)	3.143
	(10.370)	1.635
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais	20.704	34.453
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Adição do ativo Imobilizado	(1.510)	(7.049)
Adição do ativo Intangível	(39)	(434)
	(1.549)	(7.483)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados	30.000	1.832
Mútuo Cedido - Partes relacionadas	(35.334)	(14.145)
Amortizações do principal e juros sobre empréstimos	(13.730)	(5.897)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(3.134)	(2.000)
	(22.198)	(20.210)
Aumento (diminuição) nas disponibilidades	(3.043)	6.760
Disponibilidades no início do exercício	6.990	230
Disponibilidades no final do exercício	3.947	6.990
	(3.043)	6.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A (“Companhia”) foi constituída em 20 de agosto de 2010 na cidade de Bacabeira, Estado do Maranhão sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com objeto social dentre as atividades principais a industrialização e comercialização de pré-moldados de concreto, especialmente dormentes, bem como outros produtos de pré-moldados de concreto.

Em 15 de setembro de 2010 foi celebrado contrato de fornecimento de dormentes e outros produtos pré-moldados com a empresa Vale S.A. Este contrato junto à Vale foi estimado em um montante de faturamento de R\$151.450. Este contrato tem vigência de sete anos da sua data de assinatura (15 de setembro de 2010) extinguindo-se em 31 de dezembro de 2016 ou até o cumprimento de todas as obrigações, que estão voltadas para produção e disponibilização dos dormentes de acordo com as especificações técnicas definidas em contrato. A Companhia iniciou suas operações comerciais (faturamento) em 17 de julho de 2011.

Em 13 de dezembro de 2013, foi firmado com a Vale S.A. o 2º Aditivo de fornecimento dormentes, passando a ser estimado o contrato no valor de R\$723 milhões com término contratual em 31 de dezembro de 2021.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 16 de maio de 2016.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. A moeda funcional da Companhia é o real.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota 10** - Vida útil do imobilizado (nota explicativa nº 3c).

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui os seguintes ativos financeiros:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento diário os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessária.

O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subseqüentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Prédio e edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos e instalações industriais	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Equipamentos de comunicação	5 anos
Ferramentas	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de beneficiamento e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2015.

f. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

h. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

k. Receita operacional

Venda de mercadorias (Dormentes)

A receita operacional de venda de mercadorias (Dormentes) no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre mútuo e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre mútuo, empréstimos e financiamentos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base fiscal) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A companhia possui incentivo fiscal da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, de redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com início no ano calendário de 2012 e término em 2021.

Durante a vigência do benefício à Companhia deverá:

- Cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art.14, inciso II da Lei nº 6.938/1981 e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987);
- Apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício;
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes líquido do incentivo fiscal e são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

o. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo tanto para ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

p. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto da Companhia estabelece que, no mínimo, 5% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendos adicionais propostos” no patrimônio líquido.

A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º parágrafo 7º da Lei nos 9.249 de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

q. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis, e não planeja adotar essas normas de maneira antecipada.

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período.	A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	16	9
Bancos	3.124	6.981
Aplicações Financeiras	807	-
	<u>3.947</u>	<u>6.990</u>

Os saldos de caixa e equivalente de caixa referem-se a caixa em poder da Companhia e depósitos bancários, que estão centralizados em conta movimento no Banco Itaú e Banco do Brasil.

As aplicações de curto prazo foram classificadas como mantidas para negociação e são representadas basicamente por Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, junto a instituições financeiras de primeira linha, com rendimento atrelado à taxa de 101% da CDI.

5 Clientes

	31/12/2015	31/12/2014
Clientes - Comerciais	<u>6.660</u>	<u>6.215</u>
	<u>6.660</u>	<u>6.215</u>

A Companhia não possui títulos em atraso e esses títulos são integralmente dos clientes Vale S.A. (R\$6.460 em 2015 e R\$6.215 em 2014) e Energia dos Ventos I S.A. (R\$200 em 2015), por esse motivo não há necessidade de constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa para esses títulos.

6 Estoques

	31/12/2015	31/12/2014
Estoque de Produtos Acabados	143	-
Estoque de Matéria - Prima	<u>761</u>	<u>345</u>
	<u>904</u>	<u>345</u>

7 Ativo fiscal corrente

	31/12/2015	31/12/2014
ICMS a recuperar	83	121
IPI a recuperar	220	217
ISS a recuperar	56	56
COFINS a recuperar	224	192
PIS a recuperar	49	42
IRPJ a compensar - Base Negativa	822	90
IRRF sobre mutuo a recuperar	268	30
IRRF sobre aplicações financeiras	46	135
Outros impostos a compensar	<u>6</u>	<u>45</u>
	<u>1.774</u>	<u>928</u>

8 Outras contas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
Notas de créditos a receber	20	16
Adiantamento a fornecedores	239	829
Despesas antecipadas	65	94
Depósitos cauções	20	20
Outras contas a receber	31	26
Créditos com funcionários	20	-
	395	985
	395	985

9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são relativos a operações com partes relacionadas que decorrem de operações de mútuo e garantias de avenca - caução da Companhia com sua controladora ou outras partes relacionadas, que estão assim apresentadas:

	Ativo	
	31/12/2015	31/12/2014
Operações de mútuo		
Cime Administração e Participações S.A.	27.112	45.617
Cavan Pré Moldado S.A.	40.463	3.309
	67.575	48.926
	67.575	48.926

a. Contrato de mútuo

Os contratos de mútuos firmados entre a Companhia e as partes relacionadas possuem prazo indeterminado. O contrato firmado entre a Companhia e a CIME Administração e Participações S.A. é remunerado pela TJLP conforme aditivo contratual celebrado em 01/01/2014, e o contrato de crédito recíproco com renovação automática de 12 meses a contar a partir de 30 de setembro de 2010 firmado entre a Companhia e a Cavan Pré Moldado S.A. possui remuneração de 6% a.a. e 10% a.a.

A redução do mútuo entre a Companhia e a CIME Administração e Participações S.A. se deu por conta da cessão de créditos firmado entre a Cavan Pré Moldado S.A e CIME Administração e Participações S.A., na qual a Cavan Pré Moldado S.A como acionista da Companhia, cedeu o direito de receber os dividendos e os Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 20.625 a outra parte relacionada CIME Administração e Participações S.A. a título de pagamento de uma dívida que a Cavan Pré Moldado S.A possuía junto a CIME Administração e Participações S.A., que por sua vez, a CIME Administração e Participações S.A. que possui uma dívida junto a Companhia utilizou essa transação para amortizar a dívida de mútuo junto a Companhia, conforme pode ser observado no mapa de movimentação abaixo.

A movimentação do mútuo no período pode ser assim apresentada:

	Saldo 31/12/2014	Mútuo Cedido	IRRF	Juros	Amortização	Saldo 31/12/2015
CIME Administração e Participações S.A	45.616	-	-	2.121	(20.625)	27.112
Cavan Pré Moldado S.A	3.309	36.332	(239)	1.061	-	40.463
	<u>48.925</u>	<u>36.332</u>	<u>(239)</u>	<u>3.182</u>	<u>(20.625)</u>	<u>67.575</u>

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui o presidente e os diretores e contemplam salários, honorários e benefícios variáveis.

	31/12/2015	31/12/2014
Honorários de diretoria	<u>(1.855)</u>	<u>(930)</u>

10 Imobilizado

Composição dos ativos imobilizados

	<u>2015</u>			<u>2014</u>
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Prédios e edifícios	17.665	(2.973)	14.692	15.399
Maquinas equipamento e instalações industriais	15.777	(5.827)	9.950	11.284
Veículos	450	(272)	178	268
Móveis e utensílios	132	(48)	84	94
Computadores e periféricos	164	(89)	75	108
Equipamentos de comunicação	57	(33)	24	35
Ferramentas	38	(12)	26	32
Benfeitoria em bens de terceiros	457	(122)	335	433
Construções em andamento	4.016	-	4.016	4.396
	<u>38.756</u>	<u>(9.376)</u>	<u>29.380</u>	<u>32.049</u>

Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Prédios e edifícios	17.665	-	-	17.665
Maquinas equipamentos e instalações industriais	15.574	203	-	15.777
Veículos	450	-	-	450
Móveis e utensílios	129	3	-	132
Computadores e periféricos	164	-	-	164
Equipamentos de comunicação	57	-	-	57
Ferramentas	36	2	-	38
Benfeitoria em bens de terceiros	457	-	-	457
Construções em andamento	4.396	1.302	(1.682)	4.016
	<u>38.928</u>	<u>1.510</u>	<u>(1.682)</u>	<u>38.756</u>

Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Prédios e edifícios	(2.266)	(707)	-	(2.973)
Maquinas e equipamentos e instalações industriais	(4.290)	(1.537)	-	(5.827)
Veículos	(182)	(90)	-	(272)
Móveis e utensílios	(35)	(13)	-	(48)
Computadores e periféricos	(56)	(33)	-	(89)
Equipamentos de comunicação	(22)	(11)	-	(33)
Ferramentas	(4)	(8)	-	(12)
Benfeitoria em bens de terceiros	(24)	(98)	-	(122)
Total de Depreciação	(6.879)	(2.497)	-	(9.376)
Total do Imobilizado	32.049	(987)	(1.682)	29.380

11 Empréstimos e financiamentos

	Data do contrato	Vencimento	Indexador	Juros	31/12/2015	31/12/2014
I - Em moeda nacional						
a - Arrendamento mercantil financeiro						
<i>FINAME</i>						
Banco do Brasil	18/04/2011	16/05/2016	Spread	3,20% a.a + TJLP	435	1.478
<i>Leasing</i>						
Banco do Brasil	29/04/2011	17/11/2017	n/a	16,9% á 18,8% a.a	113	174
Banco Itaú	27/09/2011	24/03/2017	n/a	14,9% a.a	151	316
b - Empréstimos bancários						
<i>Cédula de Crédito Bancário</i>						
Santander	26/01/2015	31/01/2017		125% do CDI	21.667	-
					22.366	1.968
Circulante					20.622	1.267
Não circulante					1.742	701

A Companhia captou junto a instituições financeiras empréstimos em moeda nacional para capital de giro, Finame para aquisição de máquinas e leasing para aquisição de veículos, tendo a Guarupart Participações Ltda como garantidora do empréstimo nacional junto ao Santander.

12 Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores Nacionais	3.877	3.254
Fornecedores Estrangeiros	94	1.620
	3.972	4.874

Estão registrados nesta rubrica os saldos em aberto com fornecedores de prestação de serviços e matéria prima.

13 Adiantamento de clientes

O contrato de venda de mercadorias firmado entre a Vale S.A. e a Companhia previa que fosse adiantado pela Vale S.A. o montante de R\$30.290, equivalente a 20% do valor total do contrato firmado entre as partes, que foi efetuado em dezembro de 2010.

Em 13 de dezembro de 2013 foi assinado o 2º aditivo contratual onde foi liberado o adiantamento no montante de R\$33.500, pagos em 13 de dezembro de 2013 e 17 de março de 2014.

O adiantamento de clientes será amortizado linearmente com base no volume de faturamento e com base no prazo de término de contrato, previsto para 31 de dezembro de 2021. Historicamente a Companhia vem amortizando aproximadamente 9% do valor faturado.

14 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social em 31 de Dezembro de 2015, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015 o aumento de capital no valor de 7.372 originados da Reserva de Incentivos Fiscais, totalizando o capital social no valor de 7.382 representado por 10.000 ações assim distribuídas:

	Quantidade de ações
Cavan Pré Moldado S.A.	8.000
Rocbra Participações e Empreendimentos Ltda.	2.000
	<hr/>
	10.000
	<hr/>

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas. O saldo da conta de reserva de lucros ficará disponível para deliberação da assembleia.

No semestre a Companhia apresentou um ajuste de exercício anterior em seu patrimônio líquido referente a retificação da apuração de IRPJ e CSLL do ano de 2014. Parte desse valor (R\$ 208) refere-se a apuração de Incentivo fiscal a qual a companhia tem como benefício.

c. Reserva de capital

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia requereu à SUDAM utilização do benefício da redução por reinvestimento de 75% do imposto de renda devido para o projeto de complementação de equipamento da Companhia, de que trata o artigo 32 da Lei nº 11.196/2005, artigos 5º e 13º do Regulamento de Incentivo Fiscais Administrados pela SUDAM.

Em novembro de 2011, a Companhia passou a usufruir os benefícios fiscais previstos na Lei nº 9.129/10 que permite a utilização de 75% do ICMS próprio no momento da apuração.

d. Dividendos

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro Líquido do Exercício	25.260	27.258
Reserva de Capital (Incentivo de Redução do ICMS)	(7.880)	(9.360)
Reserva de Capital (Incentivo de Redução do IRPJ)	(3.739)	(3.524)
Reserva Legal	(1.263)	-
Lucro Líquido Ajustado	12.378	14.374
Dividendos Mínimos Obrigatórios	619	719
Dividendos na forma dos juros sobre capital próprio	-	942
Total dos Dividendos	619	1.661

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

Em maio de 2015 foram aprovados e distribuídos R\$ 13.174 a título de dividendos complementares.

15 Receita

Conforme pode ser observado no contexto operacional, a fonte da receita de vendas da Companhia está concentrada exclusivamente com o cliente Vale S.A., através de contrato firmado entre as partes com vencimento previsto em contrato para 2021.

	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	83.176	94.242
Serviços Prestados	320	-
Deduções		
PIS	(556)	(1.556)
COFINS	(2.559)	(7.162)
ICMS	(13.891)	(16.021)
ISS	(16)	-
(+) Incentivo Fiscal ICMS	7.880	9.360
INSS por desoneração da folha	(668)	(943)
Vendas Canceladas	(291)	-
Receita operacional líquida	73.395	77.920

16 Custos das vendas

	31/12/2015	31/12/2014
Gastos gerais de fabricação	(9.539)	(10.165)
Custo de mão-de-obra	(6.037)	(6.120)
Consumo de matéria prima	(19.836)	(24.333)
Depreciação	<u>(2.232)</u>	<u>(2.043)</u>
	<u>(37.644)</u>	<u>(42.661)</u>

17 Administrativas e gerais

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com pessoal		
Salários e ordenados	(1.262)	(1.008)
Encargos sociais	(676)	(311)
Benefícios	<u>(345)</u>	<u>(244)</u>
	<u>(2.283)</u>	<u>(1.563)</u>
Despesas administrativas		
Serviço de terceiros	(1.486)	(537)
Despesas com viagem e transporte	(238)	(281)
Despesas impostos e taxas	(660)	(642)
Despesas prediais	(412)	(143)
Despesas c/aluguel de veículos e combustível	(61)	(85)
Outras despesas	<u>(613)</u>	<u>(183)</u>
	<u>(3.470)</u>	<u>(1.871)</u>
Despesas comerciais e institucionais		
Despesas institucionais	(144)	(1.500)
Despesas comerciais	<u>(101)</u>	<u>(118)</u>
	<u>(245)</u>	<u>(1.618)</u>
Honorários de diretoria	<u>(1.855)</u>	<u>(930)</u>
Total despesas administrativas e gerais	<u>(7.853)</u>	<u>(5.982)</u>

18 Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2015	31/12/2014
Outras Receitas Operacionais		
Outras Receitas	3	523
Receitas de Aluguel	491	-
	<hr/>	<hr/>
Outras Despesas Operacionais		
Outras Despesas	(6)	(1)
PIS sobre outras receitas	(8)	-
COFINS sobre outras receitas	(37)	-
	<hr/>	<hr/>
Total de Outras Receitas e Despesas Operacionais	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

19 Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Receita financeira		
Juros sobre mútuo	3.182	2.238
Resultado Positivo de SWAP	-	715
Descontos obtidos	36	133
Receita aplicação financeira	2.207	38
Outras receitas financeiras	-	59
Variação monetária	4	17
Variação cambial	-	228
	<hr/>	<hr/>
	5.429	3.428
Despesa financeiras		
Juros sobre empréstimo bancário	(3.979)	(68)
Despesas bancárias	(44)	(80)
Despesas fianças bancárias	-	(5)
Enc. fin. contrato leasing	(53)	(67)
Juros de FINAME	(87)	(129)
Juros e mora pagos	(8)	(16)
Juros sobre mútuo	-	(205)
Juros sobre emp. moeda estrangeira	-	(18)
Comissões e Intermediações bancárias	-	(30)
IOF sobre mútuo	-	(45)
Resultado negativo de swap	-	(708)
Variação cambial	(128)	(180)
IOF sobre operações financeiras	(469)	-
Outros	-	(130)
	<hr/>	<hr/>
	(4.768)	(1.681)
Resultado financeiro líquido	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

20 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes dos impostos	<u>28.794</u>	<u>31.466</u>
Juros sobre capital Próprio	-	(1.108)
I - Valor base IRPJ e CSLL	<u>28.794</u>	<u>30.358</u>
Alíquota IRPJ e CSLL - 34%	9.766	10.298
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas		
Adições permanentes		
Doações	41	504
Gratificação a dirigentes	143	54
Outros	4	241
Exclusões permanentes		
Incentivo fiscal - ICMS	(2.679)	(3.182)
Incentivo fiscal - IRPJ	(3.739)	(3.524)
Outros	(2)	(126)
III - Taxa efetiva		
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>3.534</u>	<u>4.265</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.273	7.789
Redução de imposto de renda - Incentivo fiscal	<u>(3.739)</u>	<u>(3.524)</u>
IRPJ e CSLL ajustado (I+II)	<u><u>3.534</u></u>	<u><u>4.265</u></u>
Alíquota efetiva	<u><u>12%</u></u>	<u><u>14%</u></u>

21 Instrumentos financeiros

21.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

21.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa, equivalentes de caixa, clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

21.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II**- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 31 de dezembro de 2015, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e como nível II os saldos de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

21.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

21.4.1 Risco de crédito

a. Clientes

Devido a Companhia ter como único cliente a Vale S.A, a Companhia entende que não possui risco de incorrer em perdas decorrentes a esta contraparte em um instrumento financeiro decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco que a Companhia apresenta, está associado basicamente ao saldo entre partes relacionadas devido os mesmos terem sido formalizados em condições específicas e em montantes significativos, mantidas pelo seu valor original e sem prazos previstos para liquidação. Essas operações poderiam resultar em valores diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

21.4.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

21.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 2015 e 2014, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos

21.4.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do CDI e TJPL.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

22 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vale refeição.

23 Eventos Subsequentes

Em 23 de março de 2016 a Companhia captou junto ao Banco Santander, a título de capital de giro, a importância de R\$ 5.000 tendo como avalista a Guarupart Participações Ltda.

Guilherme Martins de Godoy Pereira
Diretor

Pedro Massucato
Diretor

Cristiane dos Santos Barbosa
Contador CRC-1SP147507/O-1